

Além do PIB: novos indicadores de prosperidade como fonte para o Jornalismo Econômico

Filipe Domingues

*Mestre pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma (2016)
filipe.domingues@gmail.com*

Nossa nova economia não pode sobreviver sem informação. O jornalismo tem um papel crucial. No entanto, a mídia econômica quase ignora novos indicadores de prosperidade. A política governamental está fortemente centrada no crescimento e o Produto Interno Bruto (PIB) tornou-se o principal indicador de saúde econômica. Mas o PIB não mede o bem-estar. Estudiosos criaram novas maneiras de analisar a prosperidade, mas por que o jornalismo relata tão pouco sobre indicadores alternativos? Tende a seguir a lógica dos mercados financeiros, ignorando níveis não quantificáveis da vida humana. Este artigo reflete sobre o jornalismo econômico e propõe uma reflexão ética.

Palavras-chave: Jornalismo econômico; Produto Interno Bruto; Bem-estar; Sociedade em rede

Beyond GDP: new prosperity indicators as a sources to Economic Journalism

Our new economy cannot survive without information. Journalism has a crucial role. Yet, economic media almost ignore new prosperity indicators. Government policy is highly focused on growth and Gross Domestic Product (GDP) has become the major indicator of economic health. Yet, it does not measure well-being. Scholars have created new ways to analyze prosperity, but why does journalism report so little on alternative indicators? It tends to follow the logic of financial markets, excluding non quantifiable levels of human life. This article reflects on economic journalism and proposes an ethical reflection.

Key-words: Economic Journalism; Gross Domestic Product; Well-being; Network Society

Más allá del PIB: nuevos indicadores de prosperidad como fuente para el periodismo económico

Nuestra nueva economía no puede sobrevivir sin información. El periodismo tiene un papel crucial. Sin embargo, los media económicos casi ignoran nuevos indicadores de prosperidad. La política está muy centrada en el crecimiento, y el Producto Interno Bruto (PIB) se ha convertido en el principal indicador de la salud económica. Pero el PIB no mide el bienestar. Estudiosos han creado nuevas formas de analizar la prosperidad, pero ¿por qué el periodismo informa tan poco sobre los indicadores alternativos? Tiende a seguir la lógica de los mercados financieros, excluyendo niveles no cuantificables de la vida humana. Este paper reflexiona sobre el periodismo económico y propone una reflexión ética.

Palabras-clave: : Periodismo económico; Producto Interno Bruto; Bienestar; Sociedad en Red

Introdução

Nosso sistema econômico não sobrevive sem informação. O acesso à informação sempre foi importante para homens e mulheres de negócios, mas na nossa “sociedade da informação”, na qual grande parte das relações e decisões é mediada por plataformas digitais, a informação ganhou valor ainda maior. Hoje, a economia reage imediatamente a novas informações. Ao mesmo tempo, transformações na economia moldam e influenciam os processos de produção e distribuição de informações. O jornalismo econômico é cada vez mais importante.

Um grande número de pessoas faz compras *online*, realiza operações financeiras em alta velocidade. Dados econômicos são produzidos a cada segundo, “em tempo real”. Jornalistas que trabalham nas editorias econômicas e profissionais de Relações Públicas (ou assessoria de imprensa) elaboram e reproduzem informações continuamente. Agências de notícias se transformaram em verdadeiras fábricas de dados para a tomada de decisões, pois prever o direcionamento dos mercados é o principal objetivo de analistas financeiros. Além disso, na elaboração de políticas públicas, informações sobre a economia são igualmente cruciais.

O jornalismo lida diariamente com esses fatores. Entre as informações mais relevantes, está o Produto Interno Bruto (PIB). O PIB é a soma, em dólar, de todos os bens e serviços produzidos por um país em um determinado período. Variações no PIB podem gerar ansiedade ou alívio. Inventado na década de 1930, o PIB se tornou o indicador de prosperidade mais observado em todo o mundo. Foi, de fato, uma criação revolucionária, um dado relativamente simples que agrega todos os setores da atividade econômica.

Mas o PIB nunca cumpriu completamente a missão de medir o bem-estar de uma população. O PIB não mede riqueza, distribuição de renda, não informa se um povo vive bem, se a situação das famílias melhorou ou piorou. Esse limite foi reconhecido, inclusive, por um de seus criadores, o economista Simon Kuznets. De qualquer forma, há quatro décadas estudiosos questionam como lemos e utilizamos o indicador. No PIB, não há diferença qualitativa entre produzir alimentos, armas ou livros, por exemplo. Todos contribuem para o crescimento econômico.

Por causa dos limites do PIB, pesquisadores têm desenvolvido novos indicadores que quantificam de forma mais complexa o bem-estar, a prosperidade, ou até mesmo a “felicidade” de uma população. A iniciativa mais famosa nesse sentido é provavelmente o relatório “*Beyond GDP*” (Além do PIB), de 2009, liderada pelos economistas Joseph Stiglitz, Amartya Sen e Jean-Paul Fitoussi, que se tornou referência para governos europeus.

Não é possível reunir em apenas um índice todas as dimensões da vida humana. E todas as relações humanas, inclusive as mais subjetivas, impactam a economia. Trata-se de olhar para variáveis que não estão intrinsecamente ligadas às finanças – como a saúde pública, a educação e o ambiente, cruciais para a qualidade de vida.

Estudiosos criaram novas maneiras de analisar a prosperidade, mas por que o jornalismo econômico dá pouca relevância a indicadores alternativos? Essa é a pergunta que inspira este artigo. Tal discussão ainda não chegou de forma consolidada ao jornalismo econômico e aqui se propõe um aprofundamento dessa questão.

A ideia parte de minha experiência pessoal como jornalista em editorias econômicas de *O Estado de S. Paulo* e da *Agência Estado*, mas também em um percurso em Ciências Sociais, realizado nos últimos três anos na Pontifícia Universidade Gregoriana, em Roma. Faremos uma breve leitura do referencial teórico sobre o tema, associando elementos da sociologia econômica aos estudos da mídia (*media studies*). A título ilustrativo, apresenta-se pontualmente o caso do BES (*Benessere Equo e Sostenibile*), um indicador de prosperidade italiano, e como foi tratado por três jornais diários logo após a divulgação do relatório de 2015.

É possível afirmar que a mídia econômica tradicional não dedica grande atenção a indicadores alternativos de prosperidade. Mas segue religiosamente o PIB, suas estimativas, parciais e previsões. A primeira parte deste artigo entra no debate sobre por que precisamos de indicadores alternativos ao PIB. A segunda apresenta algumas características do jornalismo econômico atual. A terceira argumenta que o jornalismo econômico marginaliza outros indicadores porque é fortemente guiado pela lógica dos mercados financeiros. Por fim, propõe-se um acompanhamento maior, por parte do jornalismo econômico, das variáveis que influenciam a qualidade de vida.

Por que ir além do PIB?

Ter as informações certas na hora certa sempre foi importante para tomar decisões. Aliás, a Ciência Econômica existe justamente para organizar os “recursos escassos”, algo impossível sem conhecimento. Porém, vivemos em tempos de uma nova economia (*new economy*), na qual a informação ganhou um peso ainda maior. A *new economy* é um dos níveis da chamada “sociedade da informação”, na qual a quantidade de informações produzidas e a velocidade de sua distribuição aumentaram em escala exponencial.

Um dos primeiros a estudar a “sociedade da informação” foi Daniel Bell (2008), que inicialmente a havia definido como “sociedade pós-industrial”. Para Bell, chegamos à sociedade da informação quando passamos de uma economia baseada na produção de bens, isto é, uma economia industrial, a um modelo cuja estrutura se apoia nos serviços e na produção de conhecimento teórico. A sociedade da informação se organiza em torno do conhecimento.

Talvez o teórico mais notável da sociedade da informação, ou “sociedade em rede”, seja Manuel Castells. Para ele, a sociedade vive numa nova economia, caracterizada por ser informacional e global (2009, p. 66). Nossa economia é informacional porque a “competitividade entre as unidades ou agentes dessa economia depende

da capacidade que eles têm de gerar processos e aplicar de forma eficiente as informações baseadas no conhecimento”. É uma economia global porque “as principais atividades de produção, consumo e circulação, assim como seus componentes, são organizadas em escala global, seja diretamente ou por meio de uma rede de conexões entre os agentes econômicos”.

Portanto, na *new economy*, indicadores econômicos são essenciais. É preciso “fotografar” a realidade para poder administrá-la de modo racional. E foi no contexto do surgimento desse novo tipo de sociedade que nasceu o Produto Interno Bruto (PIB), o principal instrumento para medir a saúde de uma economia. Criado na década de 1930, o PIB sofreu transformações e hoje é um dado relativamente simples.

O PIB é a medida mais reconhecida para o desempenho econômico do mundo. Uma longa história de clara aplicação e metodologia significa que o PIB é um ponto de referência conveniente para os decisores políticos e é facilmente compreensível nos debates públicos. Devido à ligação implícita entre crescimento econômico e elementos de bem-estar (por exemplo, emprego e nível de consumo), é frequentemente considerado como um indicador indireto do desenvolvimento humano e do bem-estar. (...) No entanto, a relação entre o crescimento econômico medido pelo PIB e outras dimensões do desenvolvimento sustentável não é imediata. Por exemplo, o PIB não mede a sustentabilidade do crescimento, e um país pode atingir um PIB temporariamente alto por explorar excessivamente os recursos naturais ou por uma má alocação do investimento (*European Commission 2007, p. 1*)

Em outras palavras, embora o PIB seja incontestavelmente importante, não é um indicador eficiente de bem-estar ou prosperidade. Foi criado no contexto do processo de recuperação dos Estados Unidos na Grande Depressão, quando a crise da década de 1930 mostrou a necessidade de se ter métodos mais abrangentes para verificar se a economia estava melhorando. Os presidentes norte-americanos Herbert Hoover e Franklin D. Roosevelt elaboravam políticas com base em dados fragmentados, como índices de preços de ações, fretes para o transporte de cargas e índices de produção industrial. Não havia um indicador capaz de lhes mostrar todo o cenário.

Por isso, o prêmio Nobel de economia Simon Kuznets, funcionário do Escritório Nacional de Pesquisas Econômicas, foi designado para dirigir um grupo de trabalho e elaborar o primeiro relatório sobre “Renda Nacional”, em 1937, os primeiros passos do PIB. De acordo com Anderson (1991, p. 18), as medidas de renda nacional, como o PIB e o PNB (Produto Nacional Bruto, que é praticamente a mesma estimativa, mas inclui a produção de um país fora de suas fronteiras) são o resultado de uma combinação entre a necessidade prática de reunir informações confiáveis em tempos de guerra (as Guerras Mundiais do século XX) e o quadro teórico fornecido pela economia keynesiana, que prevaleceu nos Estados Unidos até os anos 70.

Normalmente, chega-se ao PIB com a seguinte equação: consumo + investimento + gasto público + (exportações - importações). Atualmente, o PIB é usado tanto para medir o tamanho de uma economia quanto para determinar o seu vigor (*European Commission*, 2007). No entanto, considerá-lo como um dado de prosperidade torna-se cada vez mais controverso. De fato, desde os primeiros dias do PIB, Kuznets declarou que

O bem-estar de uma nação dificilmente pode ser inferido a partir de uma medida de renda nacional. Se o PIB sobe, por que a América está mal? Deve-se manter em mente distinções entre quantidade e qualidade de crescimento, entre custos e retornos, e entre o curto e o longo prazos. Metas para mais crescimento devem especificar mais crescimento do quê e para quê. (*Kuznets 1934: 7*)

Quinze anos depois, porém, Kuznets reafirmou que a renda nacional era a estimativa mais próxima do bem-estar, porque considera “os desejos dos consumidores finais” (1953, p.193). Muitos vêm questionando essa afirmação. Anderson (1991) faz uma análise completa sobre o PIB e seus limites. Para ele, o PIB e o PNB não são problemáticos como indicadores econômicos, mas sim como medidas de prosperidade e bem-estar.

Segundo o autor, tais indicadores desempenham um papel ambíguo: por um lado, são medidas financeiras objetivas, fornecendo informações sobre fluxos de capital em uma economia. Por outro, desempenham simultaneamente o papel de referência para políticas públicas, e não só para economistas, como um termômetro do sucesso e do progresso da economia, do valor que ela gerou e da felicidade que dele deriva. Para ele, o PIB tem validade só em seu primeiro papel. (Anderson, 1991, p. 19)

Ele argumenta que, como o PIB é construído sobre fluxos de capital, mede apenas itens pelos quais as pessoas pagam, característica que já seria suficiente para considerá-lo defeituoso. O dado ignora o trabalho doméstico não remunerado, o cuidado a crianças e aspectos da agricultura familiar, por exemplo. Tende a exagerar o peso do trabalho institucionalizado. O PIB não leva em conta as transações não monetárias, como trocas, favores, a caridade e o trabalho informal ou voluntário. Os economistas são capazes de estimar todas essas coisas, e também a depreciação das estruturas industriais, do ambiente e da força humana, mas isso já mostra como o PIB pode ser impreciso, ainda que válido.

Outro problema é a utilização de taxas de câmbio para converter os resultados do PIB em dólares dos Estados Unidos, visando a comparar resultados internacionais. Isso produz automaticamente uma redução. As flutuações nas taxas de câmbio produzem alterações nas estatísticas comparativas do PIB e, conseqüentemente, refletem de forma exagerada as políticas governamentais para o câmbio (Anderson, 1991, p. 21-32).

Assim, a principal consequência da dominância do PIB como indicador de prosperidade foi a marginalização do lado humano e natural da economia, dando

ênfase maior à dimensão financeira. Se chamamos progresso apenas o crescimento infundável do PIB, ignoramos as áreas da vida humana que o PIB ignora, que são justamente aquelas sem uma representação financeira.

Para Anderson (p. 47), três pontos principais foram marginalizados ou excluídos da política econômica na transição do século XIX para o século XX: a) A economia humana, que é a economia como alicerce na vida dos seres humanos; b) A economia natural, isto é, a economia fundamentada em recursos naturais; c) A economia como algo que deve ser observado do ponto de vista moral.

Em fevereiro de 2008, quando a França ocupava a presidência rotativa do Conselho Europeu, o então presidente francês, Nicolas Sarkozy, pediu ao Prêmio Nobel Joseph Stiglitz, juntamente aos economistas Amartya Sen e Jean-Paul Fitoussi, a criação de uma comissão que identificasse os limites do PIB: a Comissão para a Medição do Desempenho Econômico e do Progresso Social (CMEPSP). O grupo concluiu que “poderão ser necessárias informações adicionais para a produção de indicadores mais relevantes do progresso social” (Stiglitz, Sen e Fitoussi, 2013, p. 7-8).

Com efeito, os indicadores estatísticos são importantes para a concepção e avaliação de políticas destinadas a promover o progresso da sociedade, bem como para avaliar e influenciar o funcionamento dos mercados econômicos. O papel dos indicadores aumentou significativamente nas últimas duas décadas. (...) Na “sociedade da informação”, o acesso aos dados, incluindo os dados estatísticos, é muito mais fácil. Mais e mais pessoas olham estatísticas para estarem mais bem informadas ou para tomar decisões. Para responder à crescente procura de informação, a oferta de estatísticas também aumentou consideravelmente, abrangendo novos domínios e fenômenos. O que medimos afeta o que fazemos. E se nossas medições são falhas, as decisões podem ser distorcidas. (Stiglitz, Sen e Fitoussi, 2013, p. 7)

Provavelmente, a mensagem fundamental do relatório é a abertura para um sistema de medidas que enfatize o bem-estar das pessoas e a sustentabilidade, em vez de uma ênfase na produção e na renda. É preciso preencher a lacuna entre a informação contida nos números do PIB e o que realmente importa para a qualidade de vida das populações.

A Comissão Stiglitz-Sen-Fitoussi deixou uma série de recomendações para uma melhor quantificação do bem-estar, destacando a perspectiva das famílias, dando uma nova abordagem à renda, ao consumo e à riqueza, e incluindo atividades não mercantis no cálculo da prosperidade econômica. Para eles, o bem-estar é um conceito multidimensional da vida humana. (Stiglitz, Sen e Fitoussi, 2013, p. 11-15)

Depois de pesquisar experiências em todo o mundo, a comissão chegou a oito dimensões que devem ser incluídas nos novos indicadores:

1. Padrão de vida material (renda, consumo e riqueza);
 2. Saúde;
 3. Educação;
 4. Atividades pessoais, inclusive trabalho;
 5. Atuação política e governança;
 6. Conexões e relações sociais;
 7. Ambiente (condições presentes e futuras);
 8. Insegurança, tanto de natureza econômica quanto física.
- (Stiglitz, Sen e Fitoussi, 2013, p. 14-15)

Tanto os aspectos objetivos quanto os subjetivos são relevantes para esse cálculo. O resultado prático da comissão foi a criação da iniciativa *Beyond GDP* (Além do PIB) na Comissão Europeia, que promove indicadores alternativos. Em vários países surgiram propostas, como o NEF britânico (*New Economics Foundation*) ou o BES italiano (*Benessere Equo e Sostenibile*). Na França, criou-se inclusive uma expressão para se referir a indicadores desse tipo: *Nouveaux Indicateurs de Prospérité* (NIP), ou seja, Novos Indicadores de Prosperidade.

No Brasil, há alguns projetos locais, mas a ideia de se promoverem alternativas ao PIB não é difusa. Normalmente, vem associada à esquerda política ou ao grupo de economistas “desenvolvimentistas”. Trata-se de uma linha que defende uma intervenção maior do Estado na economia e limites ao livre mercado (em oposição aos neoliberais ou conservadores, que propõem um Estado menor).

No Brasil, a voz mais forte contrária ao PIB talvez seja a de Ladislau Dowbor, que chama o indicador de “um conceito ultrapassado”. Em elogio à iniciativa *Social Progress Index* (SPI), que procura agregar dados internacionais sobre o “progresso social”, Dowbor defende que se comecem a aplicar no Brasil políticas que vão além do crescimento econômico. Ele pede atenção a iniciativas como o *Happy Planet Index*, o *Genuine Savings Indicators*, e o FIB (Felicidade Interna Bruta).

Em referência aos autores do SPI, Dowbor (2014) lembra que três perguntas devem ser respondidas: 1) O país garante as necessidades mais essenciais da sua população? 2) Estão assegurados os fundamentos básicos que permitam aos indivíduos e às comunidades alcançar e sustentar o seu bem-estar? 3) Há oportunidades para que todos os indivíduos alcancem os seus plenos potenciais?

Novos indicadores já existem há anos, em várias partes do mundo. A discussão sobre os limites do PIB já dura décadas. Por que, então, esses dados não são amplamente acompanhados pelo jornalismo econômico, como é o PIB? Na segunda parte do trabalho, trazemos esse debate para o mundo do jornalismo.

Influência das finanças no Jornalismo Econômico

Propõe-se, aqui, entrar na discussão sobre a presença dos indicadores alternativos do ponto de vista do jornalismo econômico, uma ideia ainda incipiente (Domingues, 2016). Antes, entretanto, pode ser necessário definir “jornalismo econômico”. Em inglês, usa-se mais as expressões *financial journalism* ou *business journalism*, isto é, “jornalismo financeiro” ou “jornalismo de negócios”.

No Brasil, adotamos o termo “jornalismo econômico”, que, na verdade, é mais preciso. Implica uma ideia mais abrangente do papel do jornalismo de economia: não se refere apenas à cobertura das finanças e do capital corporativo, mas também das políticas econômicas, do trabalho, das políticas de desenvolvimento e a economia no dia a dia das pessoas. Embora prevaleça também no Brasil a abordagem financeirizada dos temas econômicos – uma tendência internacional – usamos um termo mais adequado do que aqueles em inglês.

Ainda que adote a expressão *business journalism*, Roush nos oferece uma ideia clara sobre esse tipo de jornalismo.

Como usado hoje, o termo *business journalism* se refere a toda a reportagem e redação não só sobre as empresas, mas também sobre a economia. Além disso, geralmente inclui outras especializações jornalísticas, como trabalho, local de trabalho, tecnologia, finanças pessoais, investimentos e direitos do consumidor, além de reportagens investigativas focadas nesses tópicos. Alguns consideram que esse tipo de reportagem seja tudo o que envolve negócios, mesmo que não tenha um ângulo estritamente ligado aos negócios. (...) Hoje, como a sociedade luta com questões como a poluição, medicamentos que antes eram considerados seguros mas que causaram mortes, e SUVs [veículo utilitário esportivo, n.d.a.] que causam uma taxa de mortalidade em acidentes mais alta do que o normal, estamos confiando no jornalismo que se concentra nos negócios para ajudar a resolver nossos problemas (Roush, 2011, p. 8)

Mesmo com um olhar norte-americano voltado para os negócios, Roush avalia que o jornalismo econômico tem um papel social: informar sobre questões econômicas de interesse coletivo. Para chegar a essa conclusão, o autor traça um percurso histórico do jornalismo econômico. Segundo Roush, as pessoas se comunicam a respeito de realizações econômicas desde o período Paleolítico, quando usavam desenhos nas cavernas. A criação de sistemas numéricos e de escrita também teve raízes econômicas.

Os primeiros boletins econômicos apareceram em 1568, criados pela família alemã Fugger, que emprestava dinheiro à nobreza em toda a Europa. Os Fugger enviavam correspondentes a diversas zonas de interesse para que lhes informassem sobre as condições de negócios, os preços e os serviços em diferentes cidades. Ini-

ciaram, assim, um “complexo sistema de informação sobre negócios e economia, de forma quase instantânea”. (Roush, 2011, p. 14)

Mas o conceito de comércio como conhecemos hoje só apareceu nos séculos XVII e XVIII. E os primeiros jornais estavam diretamente ligados a questões econômicas. Quando a classe burguesa nasceu, no século XVIII, os jornais traziam notícias sobre comércio e negócios (p. 14-20). Os primeiros jornalistas econômicos investigativos surgiram no início do século XX, chamados muckrakers. Apuravam detalhes sobre escândalos e problemas sociais, a corrupção na política e nas corporações, e, às vezes com tom sensacionalista, influenciavam a opinião pública. (p. 39)

Para chegar ao jornalismo econômico que temos hoje, a década de 1990 foi decisiva. A “virada neoliberal” no pensamento econômico, em 1970-80, fez com que as ideias de livre mercado voltassem a ser dominantes. A agenda neoliberal assumiu o controle. E, assim, o jornalismo voltado às finanças se tornou mais atrativo e mais necessário. O rápido desenvolvimento da Internet como ferramenta de vendas e de consumo de produtos e serviços, acompanhado por um impulso tecnológico nos meios de comunicação, fez com que as notícias passassem a ser distribuídas quase que instantaneamente. (Roush, 2011, p. 152).

Essa situação ainda prevalece. A entidade “mercado” representa uma das instituições econômicas mais imperativas da sociedade contemporânea e tornou-se uma palavra-chave no discurso político em todo o mundo. (Swedberg, 1994, p. 255)

Enquanto Roush afirma que o jornalismo econômico mudou num processo quase natural, acompanhando evoluções na sociedade e no pensamento econômico, outros autores, como Kucinski e Puliti, são mais críticos. Suas observações, aparentemente influenciadas pela teoria crítica da Escola de Frankfurt, defendem que a ideologia neoliberal é elitista e controla o jornalismo econômico. O jornalismo, por sua vez, promove o neoliberalismo. As empresas de mídia, dizem os autores, colaboraram para perpetrar o processo de financeirização da economia e tiram proveito dele.

Surgiram revistas e programas de rádio exclusivamente dedicados a histórias de empresas e empresários de sucesso, à emulação do espírito empresarial e da pequena e microempresa. A classe média foi seduzida pelas propostas de franquias. Proliferaram os livros de reengenharia empresarial e de como fazer sucesso no mundo dos negócios. Nos diários de grande circulação surgiram os suplementos de “negócios” ou “negócios e oportunidades”, independentes dos cadernos de economia. No entanto, ao mesmo tempo, houve queda na qualidade da reportagem e uma degradação da imagem do repórter perante suas fontes e perante os entrevistados. Quase todo o espaço crítico no campo econômico é ocupado por economistas e sociólogos, e não mais do que meia dúzia de jornalistas notáveis, que se tornaram griffes jornalísticas, vendendo suas matérias simultaneamente a um grande número de jornais de cidades diferentes em todo o país. (Kucinski, 1996, p. 16-17)

Nesse sentido, Kucinski e Puliti argumentam que a ideologia neoliberal está por trás da forma como o jornalismo econômico é colocado em prática. Puliti avalia que a suposta “racionalidade técnica” do discurso neoliberal é um dos motivos pelos quais chegou tão facilmente à mídia (2013, p. 43). Segundo ela, o apoio à ideologia neoliberal em todo o mundo vem dessa suposta racionalidade, neutralidade e abrangência, pois promove certos valores humanos, como a liberdade e os direitos individuais. A partir da década de 1980, o desenvolvimento de teorias nas universidades espalhou o neoliberalismo entre acadêmicos, políticos, líderes sociais e empresários. Muitas dessas ideias são bandeiras também de jornalistas.

Em estudo mais específico, Kjær observa as transformações que o jornalismo especializado em economia viveu desde os anos 1960 até os 2000, na perspectiva das “concepções de controle” no mundo dos negócios. Ele aplica a teoria de Fligstein (1990), que definiu quatro modelos de comportamento para o mundo corporativo ao longo da história: o controle direto; a concepção industrial; a concepção de vendas e marketing; e a concepção financeira, que prevalece atualmente. Fligstein diz que a concepção financeira “ênfatisa o controle através do uso de instrumentos financeiros que medem o desempenho de acordo com as taxas de lucro (...) As empresas são vistas como coleções de ativos, gerando diferentes taxas de retorno, e não como produtoras de determinados bens”. (1990, p. 15)

Embora a análise de Kjær esteja no contexto nórdico, identifica tendências globais. Por exemplo, na década de 1960, quase todas as reportagens econômicas analisadas por ele eram sobre o trabalho, a produção e o comércio, refletindo uma “concepção de controle industrial”. As notícias relatavam fatores que afetariam a eficiência industrial, políticas para estimular a produção, o comércio exterior e o mercado de trabalho. (2007, p.166)

A dinâmica foi diferente na década de 1980. Enquanto a típica reportagem sobre negócios e economia de 1960 relatava a expansão e a modernização, em 1980 exalava um clima mais pessimista. Na segunda fase, a maioria das reportagens eram sobre competitividade, emprego, salários e política macroeconômica. De acordo com o autor, passando a uma concepção de controle de vendas e de marketing, há uma “ênfase nas cotações de mercado, na competitividade e na gestão da demanda”. (2007, p.166)

Kjær afirma que, tanto na década de 1960 quanto nos anos 80, as finanças eram uma preocupação marginal para o jornalismo econômico (p. 167). Isso muda radicalmente nos anos 2000, quando uma quantidade maior de reportagens se concentra em negócios e na indústria, mas do ponto de vista de estratégias que afetam o mercado de ações. As fusões, as aquisições e a internacionalização das empresas se tornam temas basilares nos meios econômicos. O autor identifica que as finanças foram uma preocupação fundamental em mais da metade dos textos jornalísticos amostrados.

Alguns artigos se referem especificamente a instituições financeiras, como bancos ou companhias de seguros, mas as finanças aparecem principalmente quando as decisões de uma empresa são observadas em relação aos seus proprietário/acionistas ou a expectativas do mercado de ações. (...) ao contrário dos artigos de 1980, as iniciativas, as decisões, as reações, etc., deixam de ser consideradas primordialmente em relação à competitividade, ao emprego ou à economia nacional, mas, em vez disso, ao retorno dos investimentos, aos riscos ou a novos players no campo do investimento financeiro. (Kjær, 2007, p. 168)

Jornalismo Econômico e novos indicadores de prosperidade

Procuramos mostrar algumas características do jornalismo econômico para compreender por que não se dedica a indicadores alternativos ao PIB. O jornalismo dos nossos dias segue uma “concepção de controle” financeira. Por um lado, acompanhou o desenvolvimento do pensamento econômico dominante. Por outro, reforça e se mantém com a ideologia neoliberal. Nesse sentido, dimensões da economia que não envolvem o capital financeiro, como os novos indicadores de prosperidade, acabam sendo secundárias no noticiário econômico.

Naturalmente, há outros fatores que pesam nessa dinâmica, ligados à forma como fazemos jornalismo na “sociedade em rede”. Tambini (2008) analisa o “ethos do jornalismo financeiro” e parte do princípio de que todos os tipos de jornalismo se baseiam em um “pacto social” de direitos e responsabilidades. A sociedade dá várias “imunidades” e privilégios aos jornalistas, em reconhecimento aos benefícios sociais que podem proporcionar. O acesso a fontes, eventos e dados é oferecido aos jornalistas sob a prerrogativa de usar essa informação em benefício do público. Porém, Tambini questiona: a que “público” os jornalistas econômicos respondem?

Em sua pesquisa no Reino Unido (2008, p. 10), Tambini descobre que alguns editores e repórteres de economia entendem que seu principal compromisso é com os leitores, isto é, primordialmente a comunidade financeira. Outros dizem que seu primeiro patrão é a empresa que paga seus salários. Um terceiro grupo vê o jornalismo como um serviço público ou um instrumento para melhorar a sociedade. Eles acreditam que o jornalismo econômico pode ser uma espécie de jornalismo cívico, para o bem comum.

Nesse contexto, três aspectos desafiam os jornalistas econômicos, de acordo com Tambini. Os dois primeiros são *velocidade* e *produtividade*. Sob pressão, jornalistas escrevem mais reportagens em menos tempo, mas com prejuízo da precisão e do discernimento. Precisam confiar mais em agências de Relações Públicas (ou assessorias

de imprensa), que influenciam seleção, verificação e apresentação das notícias. Um terceiro fator é a *complexidade*. As notícias econômicas são mais complexas e especializadas do que antes. Às vezes, a falta de maturidade e conhecimento técnico dos jornalistas aumenta a dependência de intermediários para interpretar os fatos. (p. 19-21)

Velocidade, produtividade e complexidade não ajudam os jornalistas a olharem para os novos indicadores de prosperidade – essa é, talvez, uma das principais respostas à pergunta apresentada neste trabalho. Enquanto o PIB é composto por um único número, outros índices compreendem uma abordagem multidimensional complexa da vida humana.

Entremos no caso italiano do *Benessere Equo e Sostenibile* (BES), que envolve 12 dimensões: Saúde; Educação e Instrução; Equilíbrio de Vida e Trabalho; Bem-estar Econômico; Relações Sociais; Política e Instituições; Segurança; Bem-estar Subjetivo; Paisagem e Patrimônio Cultural; Meio Ambiente; Pesquisa e Inovação; e Qualidade dos Serviços.

Após realizar uma análise de conteúdo no dia seguinte ao da publicação do indicador, em 2 de dezembro de 2015, podemos afirmar que reportagens jornalísticas publicadas em três dos principais jornais do país, *Corriere della Sera*, *La Repubblica* e *Il Sole 24 Ore*, sublinham o seu aspecto mais quantitativo: o de “bem-estar econômico”.

O jornal diário mais difuso na Itália, *Corriere della Sera*, não noticiou o BES 2015 na primeira página de sua edição impressa. Mas registrou o resultado em seu site, com um artigo de cinco parágrafos sobre a “situação econômica” do país, destacando as crescentes dificuldades do Sul da Itália. Embora a reportagem mencione no primeiro parágrafo que o BES não analisa “apenas parâmetros econômicos”, dá atenção primordial às desigualdades entre Norte e Sul, o poder de compra das famílias e a renda. Os parágrafos seguintes descrevem um maior otimismo entre os italianos em relação ao seu futuro, uma crescente participação das mulheres na política e melhorias no ambiente de gestão. (*Corriere della Sera*, 2015)

O jornal *La Repubblica* apresentou nota sobre o BES na coluna mais baixa do lado direito da sua primeira página, intitulada “Italianos estão mais ricos, mas desigualdades se aprofundam entre Norte e Sul”. A reportagem interna tem um título mais preciso: “O bem-estar aumenta, mas a juventude e o Sul estão sempre mais excluídos”. A notícia ocupa posição proeminente na página, mas, curiosamente, associa dados BES com informações da *Confcommercio* – uma confederação comercial – sobre as expectativas para as compras de Natal. “Os italianos começam a olhar para o futuro com confiança”, diz o texto. “O Natal está chegando e isso pode ser mais um sinal, num momento em que comprar um presente torna-se uma ‘atividade agradável’”. A notícia dá o mesmo espaço de uma coluna ao BES, que é um dado público, e aos dados privados da *Confcommercio*. Sobre o BES, menciona melhores resultados para pobreza e emprego, mas maior desigualdade entre as regiões. Um gráfico apresenta “as condições

das famílias”, mas sem reportar todas as doze dimensões do BES. A foto que ilustra a notícia apresenta multidões nas compras de Natal, em Nápoles. (Amato, 2015)

Il Sole 24 Ore é o jornal econômico mais importante da Itália, denominando-se um “diário político-econômico e financeiro”. A pequena manchete sobre o BES está na área central da primeira página, mais para o lado esquerdo, e diz: “Apenas uma mini-recuperação no consumo”. As sete linhas que descrevem o título afirmam que a “mini-recuperação” da economia italiana foi apoiada pelo consumo em 2014 e nos primeiros meses de 2015. O jornal cita um aumento na renda disponível, no poder de compra, no consumo final e na propensão a poupar. A reportagem interna destaca a alta de 0,6% no consumo das famílias.

Curiosamente, o primeiro parágrafo da notícia cita Giorgio Alleva, presidente da agência de estatísticas italiana, *Istat*, que elabora tanto o BES quanto o PIB. Mas ele aparece para comentar o PIB italiano, que poderia crescer 0,9% em 2015. Mesmo em um relatório sobre o BES, o texto jornalístico releva o crescimento econômico medido pelo PIB. O texto relata ainda, maior otimismo dos italianos, com diminuição no risco de cair na pobreza, mas leve piora nos “indicadores de natureza subjetiva”, como as famílias que chegam ao fim do mês em “situação financeira difícil”. A parte final do texto fala da desigualdade de renda entre Norte e Sul. Por fim, há uma citação de Francesco Boccia, um parlamentar, que deseja que o PIB e o BES “viajem juntos”, enquanto o país analisa as políticas de qualidade de vida. (Colombo, 2015)

É notável nos três jornais o foco da situação econômica das famílias e sua capacidade de consumo, fatores que, com efeito, são considerados pelo BES, mas que têm peso maior no PIB. Ou seja, mesmo quando lê um novo indicador de prosperidade, o jornalismo econômico tradicional tende a enquadrá-lo como questão de crescimento econômico. Nenhum dos três grandes jornais foi realmente capaz de estabelecer uma relação mais complexa entre as doze dimensões do BES, como fez em poucas palavras o economista Becchetti (2015) no jornal católico *Avvenire*. Ele diz que o BES não só reflete a disparidade de renda e oportunidades de trabalho, mas também na instrução, na qualidade dos serviços públicos, no cuidado ao patrimônio cultural e até mesmo na saúde.

Uma das razões pelas quais o PIB prevalece, segundo Anderson (1991, p. 47), está relacionada a transformações na sociedade nos séculos XVIII e XIX, quando ocorreu uma passagem à “economia quantitativa”. A ênfase foi colocada nas explicações sobre o que acontece, e não na avaliação, com critérios morais, do que acontece. No século XX, esse processo manteve fôlego e se refletiu no jornalismo. De fato, como dizia Puliti (2013, p. 43), a maioria das fontes de notícias econômicas são bancos privados, comerciantes, administradores de fundos, ex-ministros do governo e chefes de bancos centrais treinados na escola neoliberal.

Na mesma direção, Kucinski diz que o neoliberalismo e as finanças contradizem a promoção do bem comum através do jornalismo econômico: apenas algumas

publicações liberais elitistas orientam as tendências da mídia econômica internacional. Entre elas, *The New York Times*, *Washington Post*, *Le Monde*, *The Guardian*, *Financial Times*, *Wall Street Journal*, *Time* e *The Economist*, juntos às agências de notícias. Essas empresas defendem a livre iniciativa e promovem as democracias liberais, destacando os maiores grupos econômicos. (Kucinski, 2007, p. 184-185)

Para Kucinski, entre os traços permanentes do jornalismo econômico está “a escolha do capital e seu processo de acumulação – e não do homem – como objeto principal de preocupação”, o que “decorre da ideologia do livre mercado em suas várias manifestações”. Ele avalia que “o jornalismo econômico é displicente no trato de problemas estruturais e crônicos, como a fome, o desemprego, a falta de habitação e transporte, as desigualdades mundiais, a desordem monetária internacional”. (p. 188-189)

Finalmente, é necessário recordar que as empresas de mídia consolidaram seus objetivos de lucro no contexto do capitalismo neoliberal. Ao resumir a situação atual do jornalismo como um negócio em nossos dias, Cornu afirma que, quando a informação é tratada como uma mercadoria, um “jornalismo de mercado” tende a substituir um jornalismo de interesse geral: “O cidadão é deixado para trás pelo consumidor. A lucratividade econômica de uma empresa de mídia orienta de maneira muito decisiva, e muitas vezes exclusiva, seu projeto editorial. As condições para produção da informação resultam dos objetivos e dos recursos financeiros das empresas do setor privado ou do serviço público”. (Cornu, 2009, p. 15-18).

O jornalismo econômico, que lida diariamente com o capital financeiro, não escapa a essa lógica. Indicadores alternativos ao PIB poderiam ajudar o jornalismo a abordar a economia de forma mais humana.

Considerações

O objetivo deste artigo é despertar o debate para uma atenção maior no jornalismo econômico a indicadores alternativos ao PIB. Por outro lado, procuramos entender por que essa atenção ainda não é expressiva. Não sugerimos que se deva abandonar o PIB. Ele mantém seu papel para a política econômica. Mas se o jornalismo econômico se deixa guiar somente pela “concepção financeira” da economia, novos indicadores se apresentarão apenas marginalmente.

É possível e necessário que o jornalismo econômico relate melhor o bem-estar da população, indo além do crescimento econômico, além do PIB. Novos indicadores de prosperidade são uma fonte de informação extremamente rica. Uma repor-

tagem sobre educação e instrução pode analisar, por exemplo, as perspectivas dos trabalhadores nessa linha, além da importação de profissionais especializados e as necessidades de melhoria na educação técnica.

Outro domínio, a qualidade dos serviços, poderia ser fonte para uma série de reportagens econômicas sobre quanto diferentes governos gastam em serviços básicos ou em infraestrutura, quanto a população aprova tais serviços e o que poderia ser feito para melhorá-los, ou quanto instituições de caridade ou iniciativas privadas substituem o Estado, etc. Também o jornalismo econômico investigativo pode ser mais valorizado.

Publicações jornalísticas podem abordar questões sobre meio ambiente e o desenvolvimento sustentável do ponto de vista econômico, o que já vem sendo feito em âmbito internacional. Mas podem seguir também as iniciativas em pesquisa e a inovação, por exemplo, ou acompanhar a eficiência de empresas que adotam um modelo de negócios mais humano e sustentável. Certas iniciativas independentes já o fazem, especialmente na Europa, onde a comissão de Stiglitz-Sen-Fitoussi teve um impacto maior. É preciso deixar-se pautar pelas várias dimensões da vida humana.

Layard afirma que o progresso deve ser medido de uma forma que possa orientar a política, porque “a política é quem conduz ao maior progresso” (2009, p. 1). A política diz respeito a uma “combinação de resultados”, e, para Layard, “felicidade” é a melhor medida de bem-estar (p. 4). Ela pode ser medida por meio das mesmas variáveis observadas pelos formuladores de políticas públicas. Sendo assim, devemos questionar o PIB como referência dominante para medir prosperidade.

Como diz Becchetti (2015), “devemos mudar os óculos com os quais olhamos para a nossa realidade socioeconômica. Quando dirigimos um carro ou decidimos comprar uma casa, baseamos nossa avaliação não apenas na velocidade do primeiro ou no preço da segunda, mas em um conjunto muito mais complexo de fatores.” Seguindo esses indicadores, afirma o autor, “deixamos o debate preguiçoso sobre o número decimal do *zero-ponto* de nosso crescimento para abordar a questão crucial da qualidade de nossa vida”.

Jornalistas econômicos podem ser pioneiros nisso. Do ponto de vista ético, precisamos refletir se o nosso principal compromisso é com o leitor, com os donos da empresa para a qual trabalhamos, ou com toda a sociedade. Se a resposta for a última, o papel do jornalista é contribuir de forma propositiva para a formulação de políticas públicas, lendo e questionando vários dados de prosperidade e denunciando problemas no sistema. Novos indicadores são preciosos nessa missão.

Referências

- AMATO, R. Aumenta il benessere ma giovani e Sud sempre più esclusi. **La Repubblica**, 3 dez. 2015. Disponível em: <www.zeroviolenza.it/rassegna/pdfs/03Dec2015/03Dec2015aa8073db5ec53bf8fe7a5c434de89301.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2016.
- ANDERSON, V. **Alternative economic indicators (Routledge Revivals)**. New York: Routledge, 2014.
- BECCHETTI, L. Il Benessere e le scelte giuste. **Avvenire**. Disponível em: <www.avvenire.it/Commenti/Pagine/un-intero-cruscotto-per-fare-le-scelte-giuste-.aspx>. Acesso em: 3 dez. 2015.
- BELL, D. **The coming of post-industrial society**. New York: Basic Books, 2008.
- CASTELLS, M. **The rise of the network society, with a new preface: the information age: economy, society, and culture**. Hoboken: Wiley, 2009.
- COLOMBO, D. Una mini-ripresa trainata dai consumi. **Il Sole 24 Ore**. Disponível em: <www.ilsole24ore.com/art/notizie/2015-12-03/una-mini-ripresa-trainata-consumi-063523.shtml?uuid=ACO3rDmB>. Acesso em: 29 dez. 2016.
- CORNU, D. **Journalisme et vérité: l'éthique de l'information au défi du changement médiatique**. Genebra: Labor et Fides, 2009.
- CORRIERE DELLA SERA. **Istat, migliora situazione economica ma non per tutti: più difficoltà al Sud**. Disponível em: <www.corriere.it/economia/15_dicembre_02/istat-migliora-situazione-economica-ma-non-tutti-piu-difficolta-sud-be5edede-98eb-11e5-85fc-901829b3a7ed.shtml>. Acesso em: 29 dez. 2016.
- DOMINGUES, F. Well-being indicators as a reference for Economic Journalism. **Oikonomia**, Ano 15, n. 3, Out. 2016.
- DOWBOR, L. PIB, conceito ultrapassado. **Carta Capital**. Disponível em: <www.cartacapital.com.br/blogs/outras-palavras/pib-conceito-ultrapassado-8543.html>. Acesso em: 28 dez. 2016.
- EUROPEAN COMMISSION. **Beyond GDP: Measuring progress, true wealth, and the well-being of nations - Conference Description**. Luxembourg: Office for Official Publ. of the Europ. Communities, 2009.

- FLIGSTEIN, N. **The transformation of corporate control**. Cambridge: Harvard University Press, 1993.
- KJÆR, P. **Mediating business: the expansion of business journalism**. Copenhagen: Copenhagen Business School Press DK, 2007.
- KUCINSKI, B. **Jornalismo econômico**. São Paulo: EdUSP, 1996.
- KUZNETS, S. National Income, 1929-1932. **NBER**, p. 1-12, 7 jun. 1934.
- LAYARD, R. Why subjective well-being should be the measure of progress. 2009. Disponível em: <eprints.lse.ac.uk/47424/>. Acesso em: 29 dez. 2016.
- PULITI, P. **O juro da notícia - jornalismo econômico pautado pelo capital financeiro**. Florianópolis: Insular, 2013.
- ROUSH, C. **Profits and losses: business journalism and its role in society**. Portland: Marion Street Press, 2006.
- STIGLITZ, J.; SEN, A.; FITOUSSI, J.-P. **Mismeasuring our lives: why GDP doesn't add up**. New York: The New Press, 2013.
- SWEDBERG, R. Market and social structures. In: SMELSER, N. J. and SWEDBERG, R. (Orgs.) **The Handbook of Economic Sociology**. New Jersey: Princeton University Press, 1994. Pp 255-282.
- TAMBINI, D. What is financial journalism for? Ethics and responsibility in a time of crisis and change. 2008. Disponível em: <eprints.lse.ac.uk/21663/>. Acesso em: 29 dez. 2016.